

## Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade<sup>1</sup>

**Antônio Canuto**

Secretário Nacional da Comissão Pastoral da Terra – CPT

Correio eletrônico: [canutocpt@cultura.com.br](mailto:canutocpt@cultura.com.br)

**Resumo:** O agronegócio é apresentado como o modelo das atividades econômicas de sucesso. A ele se creditam os constantes superávits fiscais da balança comercial dos últimos meses. Ele, porém, se insere num grande processo de modernização conservadora. Por trás do avanço tecnológico e de produção se esconde a mesma estrutura fundiária e as mesmas relações de trabalho aqui estabelecidas desde a época colonial. O agronegócio se propõe buscar e garantir a hegemonia ideológica deslocando a atenção do caráter concentrador e predador do latifúndio para colocar no seu lugar a intensa produtividade da “moderna agricultura”. Porém, ao contrário do que se apregoa, o agronegócio promove maior concentração de terra e de renda, gera desemprego, emprega mão-de-obra escrava, alimenta a grilagem de terras, é responsável pelo aumento desenfreado do desmatamento da Amazônia e do Cerrado, traz efeitos perversos sobre a saúde humana e deixa atrás de si um rastro de conflitos e violência. No horizonte se desenha um cenário de crise, que se concretizada, a conta será paga por toda a sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Agronegócio, modernização conservadora, hegemonia ideológica, concentração de terra e renda, desemprego no campo.

## Agro-negocio: la modernización conservadora que genera exclusión por la productividad

**Resumen:** El agronegocio se presenta como el modelo de las actividades economicas de suceso. A él se creditam los superavits fiscales de la balanza comercial em los ultimos meses. El, contudo, esta dentro de um gan proceso de modernización conservadora. Por detrás del avance tecnológico e de producción se esconde la misma estructura fundiária e las mismas relaciones de trabajo que se implantaram en Brasil desde la epoca de su colonización. El agronegocio busca garantir la hegemonia ideológica, desplazando la atención del carácter concentrador y predador del latifundio para poner en su lugar la intensa productividad de la “moderna agricultura”. Pero, al contrario de lo que se alardea, el agronegocio hace crecer la concentración de la tierra y de la renta, hace crecer el desempleo, utiliza trabajo esclavo, alimenta la “grilagem” de tierras, es responsable por la creciente y desenfrenada destrucción de la floresta amazonica y del Cerrado, causa efectos perversos en la salud humana y en sus huellas se veen conflictos y violencia. En el horizonte se dibuja un escenario de crisis, que si se tornar realidad, toda la sociedad brasileña pagara por ella.

**Palabras-clave:** Agronegocio, modernizacion conservadora, hegemonia ideológica, concentración de terra y de renta, desempleo en el campo.

<sup>1</sup> O presente texto é uma versão revista, ampliada e atualizada de “Agronegócio – exclusão pela produtividade”, publicado em Mutirão por um Novo Brasil – Temas em debate – 4ª Semana Social Brasileira (2004-2006) – CNBB, 2004.

## **Agribusiness: A Model of Conservative Modernization Generating Social Exclusion via Productivity**

**Abstract:** Agribusiness presents itself in Brazilian society as a model of economic success. Agribusiness takes the credit for generating a constant series of economic surpluses in the balance of payments. Nonetheless, agribusiness is at the heart of a conservative modernization process in Brazil. Behind the mask of advanced technology and productivity hides the same land-domination structure and labor relations system established during colonial times. Agribusiness is a front designed to guarantee ideological hegemony by attracting attention to its intense productivity while distracting observers from noting its latifundio-like predatory and power-concentrating character. In contradistinction to the image it projects, agribusiness is responsible for promoting still more land and wealth concentration through enclosure and false titles and for generating unemployment and increasing slave labor. It is also responsible for encouraging environmental devastation in the Central Plateau and the deforestation of the Amazon Basin. It cuts a path of destruction damaging to human health and well-being, leaving behind the specter of conflict and violence. Agribusiness leaves for the future a scenario which, if turned concrete, will have to be paid for by all of Brazilian society.

**Keywords:** agribusiness, conservative modernization, ideological hegemony, land and wealth concentration, rural unemployment

### **Introdução**

Os meios de comunicação quase diariamente apresentam à opinião pública nacional os grandes avanços e as grandes conquistas do agronegócio. É apregoado como o setor que melhor desempenho está tendo na economia brasileira e que tem garantido os constantes superávites na balança comercial brasileira. Além do bom desempenho no campo da economia, o agronegócio é apresentado como modelo da modernização. Tem conseguido constantes ganhos de produtividade nas lavouras, melhoramento genético de seus rebanhos com aplicação de tecnologia de ponta. O maquinário e os implementos agrícolas são de última geração. Seus tratores estão equipados com aparelhos que vão indicando, a cada metro do terreno, a qualidade do solo e a quantidade de fertilizantes e de sementes necessárias. Também se alardeia que o agronegócio está gerando um sem-número de empregos no campo.

As feiras agropecuárias são a vitrine onde todas as maravilhas e conquistas da tecnologia são apresentadas para deslumbramento dos brasileiros. Em quase todas elas, a presença do presidente da República é uma constante a mostrar que esta é uma das prioridades da atual política do governo.

O que se esconde por trás de todos os discursos que colocam o agronegócio no mais alto patamar da economia brasileira?

### **Novo nome para uma velha estrutura Busca da hegemonia**

Segundo o (FERNANDES, 2004), “o agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. É uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias.” O agronegócio mudou o enfoque dos problemas gerados pelo latifúndio. Enquanto “o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. Ampliou o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais... Outra construção ideológica do agronegócio é

convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção agropecuária. Toda vez que a mídia informa os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegócio. É a arte da supremacia. Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária com se fosse o único produtor do país<sup>2</sup>.

### **Um grande avanço para ficar no mesmo lugar Modernização conservadora**

Os avanços tecnológicos aplicados ao agronegócio são a expressão da modernização do campo. Com eles a produtividade tem crescido, as safras tem apresentado números cada vez maiores, as receitas econômicas têm crescido. A isto tem se dado o nome de desenvolvimento. Mas tudo não passa do que podemos chamar de modernização conservadora. Todo este avanço não representou de fato qualquer mudança substancial na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo. Ao contrário tem significado maior concentração de terra e de renda e relações de trabalho cada vez mais precarizadas. Para (GONÇALVES, 2003) com base na análise dados da violência do Caderno de Conflitos, esta contradição resulta da “colonialidade do poder (e do saber) que comanda nossa formação social.” Segundo ele, “o melhor indicador dessa colonialidade se faz sentir na própria idéia de modernização que, sempre, aparece justificando e legitimando a re-produção das relações sociais e de poder no Brasil do que, talvez, o melhor exemplo hoje seja a expansão do agronegócio, tanto na região Centro-Oeste, como em Rondônia, ao longo da Cuiabá-Santarém, em Tocantins e no Sul do Piauí, Sul do Maranhão e Oeste da Bahia. Como os dados indicam, a violência continua subjacente estruturando as relações sociais e de poder.

O que talvez esses dados atualizem, sejam as práticas que historicamente sempre fizeram do Brasil um território moderno, como já o eram os engenhos dos séculos XVI e XVII, os mais modernos que havia no mundo à época. Eram tão modernos como o são os elevados níveis de produtividade com pivôs centrais, sementes selecionadas, solos corrigidos e máquinas agrícolas computadorizadas que, hoje, fazem a moderna e violenta paisagem do Brasil Central e da Amazônia<sup>3</sup>. Afinal, hoje se mata e desmata nos Cerrados e na Amazônia, do mesmo modo que, ontem, matou-se e desmatou-se na Mata Atlântica e nas Matas de Araucária, contra as populações originárias, quilombolas e camponeses de diversos matizes – seringueiros, ribeirinhos, retireiros (Araguaia), vazanteiros (São Francisco), geraizeiros, mulheres quebradeiras de coco babaçu, entre tantos.

O que, talvez, os dados sobre a violência contra a pessoa no campo venham nos ensinar é que a modernidade tem sido um poderoso meio de colonização e que, na verdade, é a moderno-colonialidade que vem caracterizando nossa formação social nos oferecendo mais do mesmo, sempre. Enfim, em nome da modernidade nos colonizam por meio da colonialidade do pensamento e da violência, prática com que abre caminho para o (seu) progresso. É preciso ir além da modernidade colonial. Afinal, quantas vidas vêm sendo ceifadas em seu nome?”<sup>4</sup>

<sup>2</sup> Fernandes, Bernardo Mançano, op.cit.

<sup>3</sup> - Ver Porto-Gonçalves, Carlos Walter, 2001, *Amazônia, Amazônias*, ed. Contexto, São Paulo.

<sup>4</sup> Porto-Gonçalves, Carlos Walter, 2004 – Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003, in *Conflitos no Campo Brasil 2003 - Comissão Pastoral da Terra, Goiânia, 2004*

## Para cada emprego gerado, 11 lavradores expulsos

O que a mídia, porém, não divulga são as consequências da expansão vertiginosa do agronegócio, notadamente da soja, em nosso País.

Ao contrário do que apregoa, o agronegócio gera poucos empregos, além de promover a concentração da terra e de expulsar os trabalhadores do campo.

Segundo os dados estatísticos do Incra (2003), as pequenas propriedades, com menos de 200 hectares, somam 3.895.968 imóveis. Elas ocupam uma área de 122.948.252 hectares e absorvem 95% da mão-de-obra do campo e ainda assalariam 994.508 pessoas. As médias propriedades, com 200 a 2000 hectares, 310.158 imóveis, ocupam 164.765.509 hectares. Absorvem 4% do pessoal ocupado (565.761 pessoas) e assalariam 1.124.356 pessoas. Já as propriedades acima de 2000 hectares são só 32.264 e ocupam 132.632.500 hectares. Estas absorvem o trabalho de 45.208 pessoas (0,3%) e assalariam outras 351.942<sup>5</sup>. Estes números são por si só esclarecedores e mostram como a propaganda quer nos fazer engolir algo diferente da realidade.

Segundo P. Fearnside, professor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), a soja gera somente um emprego para cada 167-200 hectares, devido ao seu alto grau de mecanização. As fazendas, sobretudo as de produção da soja no cerrado, para serem rentáveis, necessitam de uma área cultivada mínima em torno de 1.000 ha, provocando uma concentração extrema de terras e de renda. A introdução do cultivo da soja no sul foi responsável por uma diminuição considerável das propriedades familiares. A soja deslocou pequenos produtores de milho, feijão, de outros cultivos de alimentos básicos e café na região sul. Para cada trabalhador que encontrou emprego no cultivo da soja, 11 agricultores foram deslocados. Como resultado, 2,5 milhões de pessoas abandonaram as áreas rurais no Paraná nos anos 70, declinando o número de propriedades rurais em 109.000 no Paraná e em 300.000 no Rio Grande do Sul<sup>6</sup>.

Hoje, o mesmo processo está acontecendo nas regiões Norte e Nordeste do país com a expulsão de populações nativas. Em Santarém, PA, dois povoados já desapareceram depois da chegada dos plantadores de arroz e soja. No Mato Grosso, maior Estado produtor de soja, a área de cultivo aumentou de 56.000 ha, em 1980, para 4,5 milhões de ha, em 2002/03. As fazendas com mais de 10.000 hectares que em 1980 eram 643, passaram a 767 em 1996, ampliando a área de 17,8 milhões para 20,6 milhões de ha. Durante o mesmo período, o número de propriedades com menos de 10 ha diminuiu de 23.902, para 9.801<sup>7</sup>.

Em Campos Lindos, TO, mais de 100 famílias de posseiros e de pequenos fazendeiros, alguns com mais de 80 anos de posse na terra, tiveram suas áreas desapropriadas, em 1998, pela Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO) para serem assentados grandes produtores de soja, amigos do governador Siqueira Campos dentro da ampliação do Programa de Desenvolvimento do Cerrado - Prodecer<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> Dados organizados pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP), com base nos dados estatísticos do Incra (cadastro 2003) e do IBGE (Censo Agropecuário – 1995-1996,

<sup>6</sup> Fearnside, P. M.: Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil. Em: Environmental Conservation 28 (1), Cambridge/ Newcastle, 2001, pp. 24-28, apud Bickel, Ulrike, "Brasil: Expansão da Soja, Conflitos Sócio-Ecológicos e Segurança Alimentar". Tese de Mestrado em Agronomia Tropical, defendida na Faculdade de Agronomia da Universidade de Bonn, Alemanha., Bonn, 2004, pg. 66. A autora pesquisou, durante meses, a expansão da soja no Brasil e traz uma valiosa contribuição para a compreensão de toda a problemática do avanço do agronegócio em nosso país. A CPT está agenciando, a publicação deste trabalho. .

<sup>7</sup> Almeida, E.: Latifúndios dominam 82 % das terras em MT e êxodo rural continua. Em: 24 Horas News,

14.09.2003. [www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=82282](http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=82282). Dados do Censo agropecuário do IBGE. Apud Bickel, Ulrike – op. cit. pg 67.

<sup>8</sup> A revista Época do 12.03.2001 traz a lista das pessoas que receberam terras no projeto Prodecer. O ex-presidente da Infraero Adyr da Silva (1.541 ha), o senador Casildo Maldaner (PMBD Santa Catarina, 1.550 ha), Tiago Bergonsi Turra, filho do ex-ministro da Agricultura Francisco Turra (1.188 ha), o ex-ministro da Agricultura Dejandir Dalpasquale e seu filho Luiz Otavio (3.400 ha), e a

Também no Tocantins, o Projeto Sampaio, de irrigação da soja, ameaça expulsar indígenas, assentados pela Reforma Agrária e quebradeiras de coco babaçú, que correm o risco de perder o acesso às reservas extrativistas. Segundo a associação “Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins”, APA-TO, neste projeto está previsto o investimento de R\$ 30.423.450,00 que vai gerar apenas 176 empregos diretos (R\$ 172.860, cada emprego). O mesmo investimento aplicado no Proambiente, uma proposta de programa de desenvolvimento da produção familiar, construída pelas organizações dos agricultores familiares, extrativistas e pescadores, poderia beneficiar 1.382 famílias, a um custo R\$ 22.000,00, gerando 4.147 empregos diretos, sem desapropriar nenhuma família<sup>9</sup>.

Ainda hoje o número de empregos no campo continua caindo. O jornal Folha de São Paulo, de 12/09/04, traz matéria com o título “Mecanização engorda fileira de sem-terra”, assinada por Tiago Ornaghi que mostra exatamente que a modernização do agronegócio está gerando uma onda de desempregados que vai engrossar os acampamentos de sem-terra, país afora. Segundo o gerente da Agência Rural de Goiás, órgão da Secretaria de Agricultura do Estado de Goiás, Ernani Lopes Sobrinho, neste ano de 2004, 3.095 famílias deixaram o emprego em fazendas e foram para acampamentos. Em consequência disto o número de famílias acampadas aumentou no Estado de 6.500 para 10.465.

O prefeito de Acreúna, pequena cidade de Goiás, Wander Carlos de Souza, é o maior produtor individual de algodão do país. Em maio deste ano, demitiu 2.000 trabalhadores depois de ter adquirido 18 colheitadeiras em uma feira agropecuária de Ribeirão Preto (SP). Os trabalhadores, agora acampados nas beiras das estradas, aproveitam para recolher o “restolho”, as sobras que ficam no chão depois que as máquinas passam.<sup>10</sup>

### Trabalho escravo

A mais avançada tecnologia anda junto com relações de trabalho atrasadas, inclusive com utilização de mão-de-obra em condições análogas à do trabalho escravo. Crescem as denúncias de prática de trabalho escravo em fazendas de cana-de-açúcar no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Nordeste. No Pará, a abertura de novas áreas, muitas delas grilladas, continua a ser feita com mão-de-obra escrava.

O grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho libertou, em junho de 2004, 120 trabalhadores em quatro fazendas, no município de Campo Novo do Parecis, MT. Segundo o procurador do trabalho Eder Sivers, que acompanhou a ação, os integrantes do grupo móvel ficaram surpresos com o contraste visto nas propriedades. “Vimos a alta tecnologia que empregam no campo: colheitadeiras e tratores modernos equipados com GPS, muitos ainda nem tinham sido usados; mas não dá para entender o tratamento dispensado aos trabalhadores. Eles ocupavam alojamentos improvisados no meio do mato, sem a menor condição de higiene e segurança e sem a possibilidade de deslocamento”<sup>11</sup>.

No Mato Grosso, as denúncias de trabalho escravo se sucedem. Segundo a Campanha de Combate ao Trabalho Escravo da CPT, desde janeiro até o início de agosto de 2004, foram denunciados 16 casos de propriedades com exploração de trabalho escravo, envolvendo 582 trabalhadores. Nove delas foram fiscalizadas, tendo sido libertados 253 trabalhadores.

Até final de junho, o Grupo Móvel teve atuação muito forte e a imprensa dava boa cobertura às ações. Segundo a CPT de Mato Grosso, o Governador, Blairo Maggi, em audiência com o Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, teria mostrado a ele que a

---

Presidente da Federação da Agricultura do Tocantins (FAET), a deputada federal Kátia Abreu (1.263 ha). Apud Bickel, Ulrike, op.cit. pg 73

<sup>9</sup> Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO): “Novo” Projeto Sampaio - O outro lado da mesma moeda. Augustinópolis, maio de 2003. Apud Bickel, Ulrike, op. cit. 2004 – pg. 73/74.

<sup>10</sup> Folha de São Paulo – 12/09/04 pg B 8

<sup>11</sup> Grupo Móvel Liberta 120 Trabalhadores Escravizados no Mato Grosso – www.pgt.mpt.gov.br – notícia de 21/06/04

fiscalização estava criando uma imagem negativa do Estado e poderia prejudicar suas exportações. O senador Jonas Pinheiro, também do Mato Grosso, no dia 25 de agosto, procurou o ministro do trabalho, para pedir uma reavaliação das propriedades rurais que aparecem na lista suja das fazendas com exploração trabalho escravo. Segundo o senador “muitas dessas propriedades são consideradas modelo no Estado pela sua infra-estrutura e pela maneira como tratam seus funcionários; incluí-las nesta lista, considerada por todos como lista das propriedades que utilizam o trabalho escravo, foi um exagero, pois essa rotulação não apenas lhes impede de ter acesso ao crédito, mas também denigre sua imagem junto ao mercado nacional e internacional, o que prejudica seus negócios”.<sup>12</sup> A pressão está surtindo efeito. As denúncias já não recebem o pronto atendimento que antes recebiam. E a imprensa não tem noticiado as ações de fiscalização como vinha fazendo. Os interesses do agronegócio se sobrepõem de forma escancarada ao direito das pessoas. E o Ministério do Trabalho, na segunda quinzena de outubro, publicou Portaria, que permite que fazendeiros acusados de manter mão-de-obra escrava voltem a ter direito a financiamento bancário. A explicação do ministério é a de que os fazendeiros que tiverem durante dois anos “bom comportamento”, quer dizer não tiverem sido flagrados explorando mão-de-obra escrava, terão seus nomes excluídos da lista. O deputado Tarcísio Zimmermann, relator da Proposta de Emenda à Constituição que prevê a expropriação das fazendas onde houver trabalho escravo, a portaria atende aos interesses da bancada ruralista. “Essa era uma das exigências deles para aprovar o projeto”, disse ele..<sup>13</sup>

### Grilagem alimentada

O agronegócio hoje também se torna responsável por uma crescente onda de grilagem de terras, um velho problema fundiário brasileiro.

O Instituto de Terras do Piauí (Interpi) levantou mais de 30 processos irregulares com grilagem de terras nos municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro e Bom Jesus – a região de maior expansão da soja no sudoeste piauiense. Segundo seus procuradores, “a grilagem é tão acintosa, que os grileiros estão oferecendo os cartões de visita para venda de terras na porta do fórum das cidades”.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Grilagem, chegou à conclusão “que a área grilada na Amazônia Legal pode chegar a 100 milhões de hectares”

No Mato Grosso, o Defensor Público do Estado encontrou 464 imóveis registrados e matriculados em nome da União, num total de 6,6 milhões de ha. Depois de terem sido regularizados mais da metade, ainda existem cerca de 3,2 milhões de ha de terras da União ocupadas irregularmente por grandes fazendas.

Na região de Balsas, MA, onde a produção de soja explodiu nos últimos 30 anos, a terra já foi grilada muitas vezes por especuladores, como no caso do “Grupo De Carli”, que amedronta os pequenos agricultores derrubando suas casas e cercas e desmatando a vegetação dentro da área de assentamento do Projeto Rio Peixe. Este grupo com extrema facilidade consegue títulos de terra junto ao Instituto de Terras do Maranhão (Iterma). Enquanto isso, o assentamento Rio Peixe ainda espera a regularização fundiária definitiva de suas terras, seis anos após a sua criação (em 1997)<sup>14</sup>.

Empresários de Mato Grosso estão financiando melhorias na estrada, conhecida como Transiriri, no Pará, que corta ao meio a Terra Indígena Cachoeira Seca/Iriri e liga a

<sup>12</sup> Folha do Estado – Cuiabá – 27 de agosto de 2004 – Jonas pede perdão a ministro por fazendeiros escravocratas.

<sup>13</sup> Correio Braziliense – Trabalho Escravo – Nome l8impo depois de dois anos – BRASÍLIA 28/10/04, pg 21

<sup>14</sup> Bickel, Ulrike – “Brasil: Expansão da Soja, Conflitos Sócio-Ecológicos e Segurança Alimentar. Tese de Mestrado em Agronomia Tropical, defendida na Faculdade de Agronomia da Universidade de Bonn, Alemanha. Bonn, 2004, pg 71 a 73.

rodovia Transamazônica ao Rio Iriri, consolidando a entrada para a Terra do Meio, última fronteira agrícola do Pará. Porta aberta para a grilagem<sup>15</sup>.

O coordenador da campanha Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário, apresentou no dia 21 de junho de 2004, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, dados sobre a venda de áreas públicas da Amazônia, inclusive para estrangeiros, pela Internet.. Sítios na internet oferecem terras, ao preço de US\$ 60,00 o hectare.

### **As pequenas propriedades são as que mais produzem**

Os números disponíveis mostram que são as pequenas propriedades familiares as que mais produzem.

Dados organizados pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP), com base nos dados estatísticos do Incra (cadastro 2003) e do IBGE (Censo Agropecuário 1995-1996), indicam que as pequenas propriedades, até 200 hectares, são responsáveis por 55% da produção de algodão, 75% do cacau, 70% do café, 51% da laranja, 85 % da banana, 74% da batata-inglesa, 78% do feijão, 99% do fumo, 60% do mamão, 92% da mandioca, 55% do milho, 76% do tomate, 61% do trigo, 97% da uva, 72% do leite, 79% dos ovos, 86% dos animais de médio porte, 85 % dos animais de pequeno porte e aves. A média propriedade só produz mais do que a pequena, cana-de-açúcar, 47%, soja 44%, arroz, 43%; bovinos 40%. Já a grande propriedade só produz mais que a pequena cana-de-açúcar, 33%<sup>16</sup>.

“Nas regiões onde há concentração de pequenos agricultores, a desigualdade é menor e por conseguinte os índices de desenvolvimento estão entre os maiores”, diz Bernardo Mançano<sup>17</sup>.

### **Cresce a área destinada ao agronegócio**

A produção de alimentos está correndo sério risco, porque a área que lhe era destinada está sendo ocupada rapidamente para cultivo de produtos de exportação, principalmente a soja. A área agrícola total plantada aumentou de 48,6 milhões de hectares (1993) para 53,5 milhões de hectares (2002). Mas aí reside o problema. A área destinada à soja saltou de 10,6 milhões de hectares (1993) para 18,5 milhões em 2003. Enquanto isso a área destinada ao plantio do arroz baixou de 4,6 milhões de hectares em 1993 para 3,2 milhões em 2002; a do feijão de 4,7 para 4,3, da mandioca de 1,9 para 1,7. Só a área destinada ao trigo teve um ligeiro aumento de 1,5 para 2,06, enquanto que a destinada ao milho manteve-se praticamente igual 12,8 para 12,9.

A área destinada à soja, em 2002, representou 34,5% da área total cultivada, 18,5 milhões de hectares, num total de 53,5 milhões de hectares de área cultivada. Em 2001 eram 16,3 milhões de hectares<sup>18</sup>.

Apesar da diminuição das áreas destinadas aos demais produtos, não houve queda na produção devido à melhora dos índices de produtividade. Mas o crescimento da população está a exigir o aumento da produção de alimentos básicos. O Brasil hoje importa grande parte do trigo que consome e, ainda, arroz, milho, leite em pó entre outros produtos. É difícil entender que um país com a disponibilidade de terras agricultáveis, como o Brasil, importe alimentos da cesta básica.

### **O agronegócio agride o meio-ambiente**

O agronegócio provoca consequências desastrosas ao meio-ambiente. Carrega na sua esteira o mais surpreendente e rápido desmatamento de que se tem conhecimento na

<sup>15</sup> Feitosa, Tarcísio, Terra do Meio III, Tucumã, CPT Xingu, 2004..

<sup>16</sup> Oliveira, Ariovaldo Umbelino – Barbárie e Modernidade: As transformações no Campo e o Agronegócio no Brasil, USP, São Paulo, inédito, 2004.

<sup>17</sup> Fernandes, Bernardo Mançano, op.cit.

<sup>18</sup> Bickel, Ulrike, op. cit – inédito, 2004, pg 61.

história brasileira. Este desmatamento atinge dois biomas em especial, o Cerrado e a Floresta Amazônica.

Na região Norte, de 1500 a 1970 somente 2% da cobertura vegetal havia sido removida. Desde 1970 até hoje, 17% foi destruída. Os dados sobre desmatamento na Amazônia, publicados em junho de 2003, mostram que no ano de 2002 foram desmatados 2,55 milhões de ha. O Estado de Mato Grosso lidera o desmatamento, com 795.000 ha em 2002. Nos últimos 20 anos, 30 milhões de ha foram desmatados nesse Estado, para plantações de soja, algodão e milho, como também para pastagens. Isto representa quase a metade dos 75 milhões de hectares de floresta, cerrados ou áreas de transição existentes no Mato Grosso na década de 80, ou um terço do território estadual<sup>19</sup>.

O Ministério do Meio Ambiente apresentou um balanço revelando que em 2002, a área agrícola na Amazônia aumentou em 1,1 milhão de ha, sendo 70% por conta da expansão da área de soja, seguido por plantações de milho, arroz e café. Ironicamente, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, que é também o maior produtor individual de soja do planeta, recomendou à Ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, em julho de 2003, que ela “não se deixasse impressionar” com os mais recentes números sobre o avanço do desmatamento na Amazônia. “Estes 24 mil km<sup>2</sup> (= 2,4 milhões de ha) representam absolutamente nada diante da Amazônia. Esta região é um continente onde cabem todos os países da Europa”, disse ele<sup>20</sup>.

### O desmatamento nos Cerrados

O Cerrado, ecossistema que cobre um quarto do território brasileiro, é o mais ameaçado com o avanço do agronegócio. É qualificado como a savana mais rica do mundo, com 4.400 espécies endêmicas, num total de 10.000 espécies vegetais. Apenas 2% de seu território está protegido na forma de Unidades de Conservação. O Cerrado é a grande caixa d'água do país, de onde nascem alguns dos mais importantes rios.

Segundo a Agenda 21 brasileira “Cerca de um quarto de seus 220 milhões de hectares já foi incorporado à dinâmica produtiva, respondendo por grande parte da oferta de grãos e gado de leite e corte do país (p. 66)”<sup>21</sup>. Isto porque o custo do desmatamento do cerrado é menor e seu relevo favorece a mecanização. Além disso, o Código Florestal que exige que 80 % da cobertura original seja mantida na Floresta Amazônica, baixa esta exigência para 35% nos Cerrados dos nove Estados da Amazônia Legal. Fora da Amazônia esta porcentagem cai para 20%.

Desde 1970, o cultivo da soja nos Cerrados aumentou de 20 mil para 29 milhões de toneladas. Um crescimento de 1,4 %, para 58 % do total da produção de soja brasileira<sup>22</sup>.

### Evolução da área plantada, produção e produtividade de soja e alimentos básicos no Brasil

	Área plantada (milhões de hectares)		Produção (milhões de toneladas)		Produtividade (t/ ha)	
	1993	2002	1993	2002	1993	2002
Soja	10,6	18,5 (2003)	22,6	52,2 (2003)	2,13	2,82 (2003)
Arroz	4,6	3,2	10,1	10,5	2,2	3,28
Feijão	4,7	4,3	2,5	3	0,53	0,7
Mandioca	1,9	1,7	21,8	23,1	11,47	13,6
Trigo	1,5	2,06	2,2	2,9	1,47	1,4
Milho	12,8	12,9	30	43,5	2,34	3,37

Fonte: IBGE, CONAB.

<sup>19</sup> Pinho, A.: Estado (MT) perdeu 50 % da área verde em 20 anos. Em: A Gazeta, Cuiabá, 22.06.2003, pp. 2-4 – apud Bickel, Ulrike, op. cit., pg 38

<sup>20</sup> A Gazeta, Cuiabá, 27.07.2003

<sup>21</sup> Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional: Agenda 21 Brasileira – Resultado da Consulta Nacional (Vol. 1) e Ações prioritárias (Vol. 2). Brasília, 2002, apud Bickel, Ulrike, op. cit. pg 41

<sup>22</sup> Bickel, Ulrike, op. cit. pg 19

## A saúde humana em perigo

O agronegócio é responsável pelo uso em altíssima escala dos mais variados tipos de agrotóxicos. A FAO, organismo das Nações Unidas para a alimentação, classifica o Brasil como o terceiro maior consumidor de agrotóxicos do mundo<sup>23</sup>. De 1978 a 1998, o consumo de herbicidas cresceu 540%. Atualmente, os gastos com pesticidas agrícolas no Brasil superam os US\$ 2,7 bilhões por ano. Segundo a EMBRAPA, em torno de 20 % dos custos totais de produção da soja (R\$ 1.000/ ha) são destinados a gastos com pesticidas.

A aplicação de tantos venenos na agricultura tem conseqüências muito sérias tanto sobre a saúde humana quanto sobre o meio-ambiente.

O Sistema de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), mantido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz, órgão do Ministério da Saúde), relatou 5.127 casos e 141 óbitos (2,75 %) de intoxicação humana por agrotóxicos no Brasil em 2000. Este número, porém, está muito aquém do real. Segundo a Organização Mundial da Saúde para cada caso notificado de intoxicação, existem 50 outros não notificados. Seguindo este parâmetro, em 2000, mais de 250.000 pessoas teriam sido intoxicadas.

Uma pesquisa que durou três anos, feita por médicos e estudantes do Programa de Vigilância da Saúde das Populações Expostas a Agrotóxicos, da Unicamp, coordenada pelo professor Ângelo Trapé, apresenta dados alarmantes. A pesquisa concluiu que cerca de 1,5 milhão de trabalhadores e trabalhadoras do campo, expostos ao contato prolongado com os agrotóxicos, estão contaminados e apresentam problemas renais, dermatológicos, neurológicos, hepáticos ou gastrointestinais. A pesquisa, feita na área metropolitana de Campinas, constatou que 7,5% dos trabalhadores apresentavam efeitos adversos relacionados à exposição prolongada aos venenos. “Se o índice é este nesta região onde os trabalhadores têm mais acesso à informação, poderá ser muito mais elevado em outras regiões do país onde o acesso às informações é muito menor”, diz o coordenador.

### Contribuição crescente dos Cerrados à produção de soja no Brasil, de 1970 a 2003

Ano	Produção (1.000 t)		Participação dos Cerrados (%)	Rendimento (kg.ha <sup>-1</sup> )	
	Brasil	Cerrados		Brasil	Cerrados
1970	1.509	20	1,4	1.144	1.350
1975	9.893	434	4,4	1.699	1.330
1980	15.156	2.200	14,5	1.727	1.700
1985	18.278	6.630	36,3	1.800	1.950
1990	19.850	6.677	35,2	1.731	1.540
1995	25.934	12.586	48,5	2.221	2.180
2000	31.644	15.670	49,5	2.374	2.582
2003	49.647	28.866	58,1	2.765	2.945

Fonte: EMBRAPA Cerrados 2003, baseado em dados do IBGE e da CONAB.

Outra pesquisa, realizada em Pernambuco, indicou perda de audição em 63,8% de 98 pessoas que tinham contato com inseticidas. Também os suicídios podem estar ligados ao uso dos agrotóxicos, pois estes atingem o sistema nervoso central e provocam depressão.<sup>24</sup>

César Augusto Sandri, professor de Ética da Faculdade de Agronomia de Mineiros, GO, relata que uma amiga sua, médica do Hospital Municipal da cidade de Chapadão do Céu, GO, cidade cercada por lavouras de soja, vem observando um número espantoso de nascimentos precoces naquela cidade. Ela suspeita que a causa seja o uso dos venenos

<sup>23</sup> Anon.: Relatório da FAO mostra que o Brasil é o 3º maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Em: O Povo, Fortaleza, 04.05.2002. [www.ibd.com.br/arquivos/saudexagrototoxicos/relatorioFAO.htm](http://www.ibd.com.br/arquivos/saudexagrototoxicos/relatorioFAO.htm). - apud Bickel, Ulrike, op. cit – pg 49/50.

<sup>24</sup> “O Globo”, domingo, 29 de agosto de 2004. O jornal dedica três páginas a este tema.

nas lavouras de soja, que começam logo onde terminam as ruas da cidade. Em Mineiros, cidade vizinha de Chapadão, também tem-se observado o mesmo fenômeno com um agravante: ocorre grande número de abortos. O professor pesquisou o caso e encontrou no Jornal Tribuna da Imprensa (Rio de Janeiro 5/12/2003), matéria do jornalista Antonio Avellar que cita um estudo feito em Ontário, Canadá, que prova que o Glifosato está provocando abortos e nascimentos precoces nas famílias rurais daquela região. Testes realizados com ratos em laboratório comprovam estes fatos e demonstram alterações na quantidade e qualidade dos espermatozoides e um outro tanto de malefícios. O professor termina seu relato: “Se antes me preocupavam os transgênicos, agora eles me apavoram. O Glifosato (Round Up™), herbicida básico da soja e agora ainda mais da transgênica, nessa minha pesquisa não se mostrou esse produto inócuo à saúde humana e ambiental, que tentam vender.”<sup>25</sup>

A aplicação de agrotóxicos em larga escala provoca também o desequilíbrio ambiental. Pequenos produtores, cercados por imensas áreas de monocultivos, sentem um aumento significativo de pragas, porque estas migram para as terras que não utilizam venenos<sup>26</sup>.

### **Conflitos e violência, rastros do agronegócio**

O caderno “Conflitos no Campo Brasil”, publicação da Comissão Pastoral da Terra, em sua edição de 2003, traz uma análise do prof. Carlos Walter Porto Gonçalves, da Universidade Federal Fluminense, UFF, que revela o que se esconde por trás dos dados registrados. Em 2003, o Centro-Oeste assume a liderança quanto ao maior número de pessoas envolvidas em conflitos, 26,09% do total, e em número de pessoas despejadas pelo poder Judiciário, 35,7% do total. Estes números adquirem um caráter ainda mais dramático se forem relacionados com a população rural de cada Estado. No Mato Grosso, por exemplo, os dados mostram um estonteante 40,8% de sua população rural envolvida em conflitos, 210.795 pessoas e um número equivalente a 6,2% da população rural do Estado tendo sofrido alguma ação de despejo, 32.275 pessoas. “Uma verdadeira operação de guerra”, diz o professor Carlos Walter. Com relação à violência do poder privado também é o Mato Grosso, com 9 pessoas assassinadas, que apresenta o maior índice de violência relativa, 7,6. O Pará, com 33 assassinados, fica com o índice de 6,9.

O professor elaborou um ranking da violência do poder público e do poder privado por Estado. Por ordem, Mato Grosso, Rondônia, Goiás, Tocantins e Mato Grosso do Sul são os que apresentam os índices mais elevados. Onde se dá a expansão da moderna agricultura empresarial aí cresce tanto a violência privada quanto a ação do poder Judiciário.<sup>27</sup>

A CPT, tomando consciência dos efeitos nefastos do agronegócio, assim se expressou no documento final de sua assembléia de 2004: “O agronegócio concentra terras, águas e renda. Produz sim, a um custo sócio-ambiental altíssimo e predominantemente para a exportação, gerando divisas para uma elite privilegiada desde sempre. A irrigação de suas monoculturas consome 70% da água doce do País. Suas máquinas modernas, possantes, substituem a mão-de-obra no campo, num País cujo maior problema é o crescimento do desemprego.

O agronegócio é devastador. Imensas áreas de florestas e do cerrado estão sendo ilegalmente desmatadas, secando nascentes e mananciais, sugados pelo ralo das monoculturas, pastos de capim, carvoarias, mineradoras e madeireiras. Os agrotóxicos, despejados por aviões e tratores, estão contaminando solos, águas, ar e as plantações camponesas, causando doenças e mortes.

<sup>25</sup> Sandri, César Augusto – Efeitos dos Agrotóxicos na População de Goiás – in Fórum Articulação Soja – [www.cebrac.org.br/forumnovo/casosrelatados.asp](http://www.cebrac.org.br/forumnovo/casosrelatados.asp)

<sup>26</sup> Bickel, Ulrike, op. cit., pg 50 a 55

<sup>27</sup> - Porto-Gonçalves, Carlos Walter. “Violência e Democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003” In Conflitos no Campo Brasil, 2003, Goiânia, 2004 – pg 9-26

Em nome da verdade e, sobretudo, em nome da solidariedade à população camponesa do nosso País, temos a obrigação de denunciar que o agronegócio não é a solução nem para a economia nacional nem para os problemas do campo brasileiro”.

### **Crise à vista?**

A euforia em torno ao agronegócio já dá sinais de cansaço. A imprensa nas últimas semanas do mês de outubro, começa a mostrar que o tempo das vacas gordas parece estar chegando ao fim. O caderno de Economia do jornal O Estado de São Paulo, do domingo 24 de outubro, traz três matérias que apontam nesta direção. Na primeira “Agricultor começa a pisar no freio”, mostra que os agricultores estão cancelando um número significativo de compras, sobretudo de tratores. A Associação Nacional dos fabricantes de Veículos Automotores reviu sua previsão de vendas para este ano que era de 5,3% a mais do que 2003, para apenas 1%. Está diminuindo também a compra insumos. Este freamento se deve a uma supersafra de grãos nos Estados Unidos, o que tem provocado queda acentuada dos preços. Com esta queda o ganho vai ser muito menor, se não houver prejuízos. Outro texto “Agora, acertar dívidas e torcer” acentua o aumento do custo da produção que passou de R\$ 1 mil por hectare para R\$ 1,45 mil. Ao mesmo tempo o preço de uma saca de soja que chegou a ser vendida a R\$ 52,50, em meados de outubro estava valendo, no Paraná, R\$ 30,50. O economista José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Associados diz que o impacto maior na produção vai ser sentido em 2006. E a terceira matéria aponta para uma queda bastante expressiva nas exportações do agronegócio já em 2005, com expectativa de uma receita 7,5% menor.<sup>28</sup>

Também a Revista “Isto É”, edição 1829 de 27 de outubro de 2004, traz uma entrevista com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que reflete sobre a crise que já bate às nossas portas. A responsabilidade disto, segundo o ministro, é do “aumento espetacular da safra americana”. E acrescenta: “No Brasil, existem três fatores adicionais: o aumento dos preços de derivados de petróleo, elevando o custo de fertilizantes e defensivos agrícolas; do aço, que encareceu máquinas e equipamentos; e o preço do dólar, muito baixo”. O ministro ainda diz que há fatores inibidores para a agricultura brasileira: “falta de infra-estrutura, de defesa sanitária e de marco legal no direito de propriedade, na legislação trabalhista no campo, na legislação ambiental e na de biossegurança.” Segundo ele “estes problemas devem ser atacados para reforçar a confiança do investidor estrangeiro”<sup>29</sup>

### **E, agora?**

Se a crise que se delinea realmente acontecer, não vai demorar muito para os hinos de louvor ao agronegócio serem substituídos por intermináveis lamentos e por um corrida desenfreada atrás de recursos públicos para salvar os que até ontem se vangloravam de serem os grandes promotores do progresso.

Mas com crise ou sem crise o que fica claro é o que propugnam e defendem os movimentos sociais do campo, de modo particular os ligados à Via Campesina. Somente uma profunda reforma agrária e um outro modelo de desenvolvimento alicerçado no atendimento às necessidades básicas de nosso povo, e voltado para a produção de alimentos é que trará solidez, segurança e sustentabilidade para nossa agricultura. Enquanto subsistir o atual modelo, o agronegócio poderá se expandir, mas às custas do agravamento das gritantes disparidades sociais que vivemos e todos os entraves imagináveis serão criados para que a democratização do acesso à terra, via reforma agrária, se torne realidade.

<sup>28</sup> O Estado de São Paulo – Caderno de Economia, 24 de outubro de 2004, pg B 1 e B 3.

<sup>29</sup> Revista “Isto É” – Alerta no Campo – Entrevista do ministro Roberto Rodrigues a Eduardo Hollanda e Sônia Filgueiras, Edição 1829, 27 de outubro de 2004, pg 96 e 97

### Referências Bibliográficas

Comissão Pastoral da Terra. Caderno Conflitos no Campo - Brasil 2003. Goiânia: Edições Loyola, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. In Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Petrolina, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação, espacialização e territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. Anais - 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Universidade de Buenos Aires, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. La lucha de los Sin-Tierra en Brasil. In Revista Reflexion y Liberacion. Ano X – número 37. Santiago de Chile, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. La territorialización del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra em Brasil”. “In Lucha Popular, democracia, neoliberalismo: protesta popular em América Latina em los años de ajuste”. Margarita Lopez Maya – Org. Caracas: Nueva Sociedad, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento Social como Categoria Geográfica. In Revista Terra Livre nº 15. São Paulo: AGB, 2000, pp. 59-85.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimento social como categoria geográfica. In Terra Livre*, nº15. São Paulo: AGB, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Sociais e Espacialização da Luta pela Terra. Gramado: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária (anais), 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária, Pesquisa e MST. São Paulo, Cortez Editora, 2001a.

GOLÇALVEZ, Carlos Wlateral Porto. Geo-Grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. México: Siglo Veintiuno, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.